

Cartografia, documentação e memória dos quilombos situados nos sertões de Cabo Verde, Jacuí e Rio Pardo na segunda metade do século XVIII*

Tarcísio de Souza Gaspar**

Esta comunicação tem o propósito de analisar a cartografia e a documentação referente aos quilombos existentes nos sertões do Cabo Verde, do Jacuí e do Rio Pardo na segunda metade do século XVIII, na fronteira entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo. Estes quilombos foram atacados em 1759 por expedição financiada pelas câmaras mineiras, sob o comando do sertanista Bartolomeu Bueno do Prado. Após a "desinfestação", a região quilombola foi incorporada, na década de 1760, às freguesias de Cabo Verde, Jacuí e Rio Pardo, em sertões de jurisdição disputada, civil e religiosamente, entre os governos e os bispados mineiro e paulista. A hipótese a ser desenvolvida é a de que os antigos núcleos quilombolas tornaram-se bairros, localidades ou mesmo arraiais importantes dessas freguesias recentemente incorporadas à colonização portuguesa. Mais que isso, a formação desse espaço geográfico, político e econômico teria sido decisivamente influenciado pela presença e pela atividade dessas comunidades quilombolas.

Para discutir esse tema, serão analisados mapas, alguns inéditos ou pouco conhecidos, e documentos manuscritos. A documentação cartográfica terá como destaque a análise do "Mapa com todo o Campo Grande tanto da parte da conquista quanto da parte da Campanha do Rio Verde, e São Paulo, como de Piui, cabeceiras do São Francisco e Goiasas", cujos exemplares conhecidos situam-se no IEB-USP e no Arquivo do Exército-RJ. Também serão discutidas a "Carta Geográfica que compreende toda a comarca do Rio das Mortes, Vila Rica e parte da cidade de Mariana do governo de Minas Gerais", que descreve o "giro" do governador Luis Diogo Lobo da Silva pelos sertões mineiros em 1764; e, por fim, a "Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais e partes confinantes", de 1767 (original no AHEx).

* Texto provisório em formato resumido. O texto definitivo será enviado até a data limite, conforme cronograma do evento.

** Doutor em História Social pela USP e professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Muzambinho.

Dentre outros aspectos, a documentação cartográfica, conjugada a registros manuscritos, sugere que a descoberta e a exploração das lavras auríferas situadas naquela região teriam sido ações protagonizadas pelas próprias comunidades quilombolas, anteriormente à presença de exploradores luso-brasileiros. A sobrevivência e a persistência dessas comunidades, atestada pela continuidade de bairros e de localidades com toponímias quilombolas, indicam que, de alguma maneira, a expedição de caça e extermínio realizada em 1759 pode não ter resultado na aniquilação das populações quilombolas ali situadas.